

CNPJ: 01.598.547/0001-01

LEI COMPLEMENTAR nº 164/2010

"Altera a redação dos artigos 1°, 2° e 9°, da Lei n° 010/97, que Institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I Seção I Dos Objetivos

- Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerências dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:
- I o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II – a vigilância sanitária;

- III a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;
- IV o controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas estadual e federal.



CNPJ: 01.598.547/0001-01

Seção I Da Vinculação do Fundo

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde.

Seção II Das Atribuições do Prefeito Municipal

Art. 3º - São atribuições do Prefeito Municipal:

 I – nomear o coordenador do Fundo Municipal de Saúde ou assumir a coordenação;

II – assinar cheques com o Secretário Municipal de Saúde.

Seção III Das Atribuições do Secretário Municipal de Saúde

- Art. 4º São atribuições do Secretário Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene ou autoridade correspondente:
- I =- gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;
- II acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;
- III submeter ao Conselho Municipal de Saúde plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;
- V encaminhar à contabilidade geral do município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
- VI subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;



CNPJ: 01.598.547/0001-01

VII – assinar cheques com o Prefeito Municipal;

VIII – ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX – firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito referentes a recurso que serão administrados pelo Fundo.

Seção IV Da Coordenação do Fundo

Art. 5º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

- I preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde ou autoridade correspondente;
- II manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, referentes a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
- III manter, em coordenação com o setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais a cargo do Fundo;
- IV encaminhar à contabilidades geral do Município;
 - a) mensalmente, as demonstrações de despesas e receitas;
 - b) trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;
 - c) anualmente, o inventário dos bens imóveis e o balanço geral do Fundo;
- V firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
- VI preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidas ao Secretário Municipal de Saúde ou autoridade correspondente;
- VII providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;



CNPJ: 01.598.547/0001-01

- VIII apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde ou autoridade correspondente a análise e a avaliação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;
- IX manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;
- X encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde ou autoridade correspondente relatório da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma do inciso anterior;
- XI manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;
- XII encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de saúde.

Seção V Dos Recursos do Fundo

Art. 6º - São receitas do Fundo:

- I as transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social e do orçamento estadual, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII, da Constituição Federal;
- II os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;
 III o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
- IV o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vir a criar;
- V as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;
- VI doações em espécie feitas diretamente para este Fundo.



CNPJ: 01.598.547/0001-01

- § 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.
 - § 2º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:
- I.- da existência de disponibilidades em função do cumprimento de programação;
- II de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde ou autoridade correspondente.
- § 3° As liberações de receitas por parte do município, conforme estipulado nos incisos IV e V deste artigo serão realizadas até no máximo o 10° (décimo) dia útil do mês seguinte àquele em que se efetivarem as respectivas arrecadações.

Subseção II Dos Ativos do Fundo

- Art. 7º Constituem ativos do fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene:
- I disponibilidade monetária em bancos ou caixa especial oriundas das receitas especificadas;
- II direitos que porventura vir a constituir;
- III bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município;
- IV bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde;
- V bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município.



CNPJ: 01.598.547/0001-01

Parágrafo Único – Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Subseção III Dos Passivos do Fundo

Art. 8º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde.

Seção VI Do Orçamento e da Contabilidade Subseção I Do Orçamento

- Art. 9º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universidade e do equilíbrio.
- § 1º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.
- § 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.



CNPJ: 01.598.547/0001-01

Subseção II Da Contabilidade

- Art. 10º A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observadas os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.
- Art. 11º A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subseqüente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.
- Art. 12º A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.
- § 1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.
- § 2º Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.
- § 3º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Seção VII Da Execução Orçamentária Subseção I Da Despesa



CNPJ: 01.598.547/0001-01

Art. 13º - Imediatamente após a sanção da Lei do Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde ou autoridade correspondente aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema municipal de saúde.

Parágrafo Único – As costas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observadas o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Art. 14º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único — Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do executivo.

- Art. 15° A despesa do Fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene se constituirá de:
- I financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela secretaria ou órgão correspondente, ou com entidades conveniadas;
- II pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente Lei;
- III pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor saúde, observado o disposto no § 1°, art. 199 da Constituição Federal;
- IV aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;



CNPJ: 01.598.547/0001-01

- V construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;
- VI desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;
- VII desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;
- VIII atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessária à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da presente Lei.

Subseção I Das Receitas

Art. 16º - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção de seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Capítulo III Disposições Finais

- Art. 17º O Fundo Municipal de Saúde de Ribamar Fiquene terá vigência ilimitada.
- Art. 18° Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para cobrir as despesas do Fundo de que trata a presente Lei.

Parágrafo Único – As despesas a serem atendidas pelo presente crédito correrão à conta do código de despesa 4130, investimento em regime de Execução Especial, as quais compensadas com os recursos oriundos do art. 43, §§ e incisos da Lei Federal nº 4.320/64.



CNPJ: 01.598.547/0001-01

Art. 19º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE, Estado do Maranhão, aos dezesseis (16) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez.

Dioni Alves da Silva PREFEITO MUNICIPAL